

É uma honra continuarmos a servir a família TCUL-EP e agradecemos o papel que cada um tem desempenhado na edificação da TCUL-EP, trabalhando todos os dias na base da experiência acumulada, que serve como ponto de partida para um futuro repleto de desafios. Nós gostaríamos de usar esta mensagem para partilhar uma breve reflexão do exercício passado, sendo o mais importante, uma visão para o futuro desenvolvimento económico da TCUL-EP e da população que servimos.

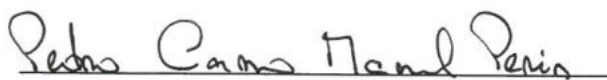
Releva-se, que de 2009 a 2017, o Estado realizou grandes investimentos, dentre os quais, aquisição de 1.000 autocarros, a construção da base interprovincial “Grafanil”, a construção da base urbana “Zango” (1ª fase – vedação e terraplanagem), transferência da base urbana “Viana” (consequência da extinção da Abamat SA, de acordo Decreto Presidencial nº171/17), bem como os apoios financeiros a nível de subsídios operacionais para pagamento de salários e outros.

Mas não foi acautelado o investimento no domínio dos recursos humanos e da modernização da empresa, cujas falhas ocorridas nos anteriores processos de recrutamento, selecção e contratação de pessoal, são bastante evidentes, visto que não ocorreram segundo os critérios objectivos, impondo assim a necessidade de saneamento do pessoal e/ou reconversão de carreiras, focados nas categorias e/ou funções inerentes ao Core Business da empresa.

Deste modo, deu-se seguimento as medidas de racionalização dos processos e procedimentos, através do redução dos custos, com realce para os custos com o pessoal, onde na sequência de várias provas de vida realizadas à todos colaboradores, em 2019, em colaboração com a Inspeção Geral do Estado e do Tribunal de Contas, assim como deu-se continuidade as reuniões com o Instituto Nacional de Segurança Social, com objectivo da assinatura dum memorando de entendimento que visa reformar mais de uma centena de colaboradores com mais de 35 anos de serviço e/ou mais de 60 anos de idade, que continuam a auferir salário na empresa.

Concluiu-se a primeira fase da implementação do sistema de ponto biométrico e controlo de assiduidade, para corresponder com as expectativas dos stakeholders no redimensionamento da estrutura orgânica e redução de 30% do custo com o pessoal, que ainda é uma miragem, devido a baixa capacidade real de produção da empresa.

O Conselho de Administração, agradece a todas entidades com quem estabeleceu relações comerciais, ou seja, aos Clientes, Fornecedores, Bancos, Instituições do Estado e Outros Parceiros, pela confiança demonstrada, e agradecimentos extensivos aos Colaboradores, que com o seu saber e dedicação, promovem a marca TCUL.



Pedro Carmo Manuel Pereira

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O presente relatório, expõe os resultados das actividades realizadas pela empresa, no exercício económico de 2020, com foco ao serviço público de transporte rodoviário colectivo e regular de passageiros em Luanda e províncias, através da frota recebida em Julho de 2017, de 240 novos autocarros de marca Yutong, provenientes da China, cuja dificuldade na sua gestão continua evidente, devido dentre outros, a falta de fundo de maneio necessário para aquisição de peças e acessórios para manutenção e/ou recuperação destes autocarros que encontram-se já avariados. No sentido de maximizar a utilização destes meios, e consequentemente, com a recepção de 153 da frota de marca Volvo B8R, para materialização de um dos objectivos fixados no Plano de Desenvolvimento Nacional.

A TCUL, neste preciso momento encontra-se com os seguintes eixos de negócio.

1. **Eixo Transportação:** é a componente mais visível do negócio TCUL composto por serviços de transportação urbana, intermunicipal, interprovincial, aluguer permanente e ocasional, expresso, carreira internacional e cargas.
2. **Eixo Oficial:** considerando como o elemento principal, pretende-se para além de potencializar os recursos humanos, na criação de uma estrutura de forma a dar resposta a demanda interna e externa (através de prestação de serviços) de modo a contribuir na capitalização da empresa.
3. **Eixo Formação:** definido como primeiro eixo de negócio, pelo facto de a formação profissional ser um instrumento de gestão com dimensão estratégica, que proporciona melhor adaptação dos recursos humanos aos novos recursos materiais existentes, através da sua qualificação e reconversão quando necessárias. A formação profissional definida, está voltada para dentro (recursos humanos da empresa) e para fora (público em geral). Assim sendo, o Centro de Formação Profissional da TCUL (CFPT), está autorizado a leccionar 5 cursos, que são: Cobrador, Inspector de Tráfego, Expedidor de Tráfego, Condução Defensiva e Manutenção Preventiva.

Deste modo, no seguimento das medidas de racionalização dos processos e procedimentos, através da redução dos custos, com realce para os custos com o pessoal onde se deu início da definição do quadro óptimo do pessoal por áreas, no sentido de corresponder com as expectativas do redimensionamento dos recursos humanos e redução do custo com o pessoal, que ainda é uma miragem, devido a baixa capacidade real de produção da empresa. Assim, para melhorar o sistema de controlo interno e sanear as reservas constatadas no relatório parecer de auditoria externa, prevê-se dentre outras medidas a tomar em 2021, o seguinte:

- Elaborar o Estatutos da TCUL na óptica de Sociedade Anónima (SA), de acordo com as orientações da tutela e o programa de privatização do Executivo Angolano (PROPRIV) e remeter ao Ministério da tutela para apreciação e devido tratamento legal;
- Dar continuidade a implementação do Plano Estratégico e Plano de Negócios, referente ao período 2020 – 2024;
- Consolidar o Sistema de Gestão da TCUL visando a qualidade (SGQ) ;
- Elaborar e implementar Manuais de Normas e Procedimentos, Instrutivos, Código de Ética e Conduta Profissional do trabalhador de acordo o SGQ;



- Monitorar todas as instalações, frota, combustível e todas as demais actividades operacionais da empresa;
- Adoptar as boas práticas de Corporate Governance, nos termos da legislação em vigor, com vista a melhorar a transparência na gestão da empresa e consequente aprovação e homologação das contas;
- Redução dos custos operacionais em 20% e aumento dos proveitos operacionais em 30%, com vista a obtenção de resultados operacionais positivos, e concomitantemente ajudar na contribuição do sector dos transportes no Produto Interno Bruto;
- Rubricar o acordo com o INSS de modo a reformar 177 trabalhadores que aguardam a reforma em casa;
- Incentivar a formação académica e promover a formação profissional dos trabalhadores (dinamizando o Centro de Formação Profissional dos Transportes Rodoviários) bem como ajustar o qualificador ocupacional e implementar a avaliação de desempenho com vista ao aumento da produtividade e consequente promoção na carreira profissional;
- Reforçar a implementação do Sistema Bilhética em curso para o melhor controlo das receitas;
- Incentivar os serviços de Cargas e Encomendas.

Resolva em

3.1. Síntese Histórica

A empresa STCL, Serviços de Transporte Colectivo de Luanda, iniciou a sua actividade no período colonial, cujas instalações situavam-se no Bungo, junto aos Caminhos de Ferro de Luanda, e outros escritórios na Mutamba, junto à Câmara Municipal de Luanda. Posteriormente, após independência Nacional, e em função da necessidade da revitalização dos transportes públicos de passageiros no país e na cidade de Luanda em particular, enquadrado no âmbito da reestruturação do subsector rodoviário, foi criada a ETP (Empresa de Transportes Públicos), em substituição dos serviços municipalizados ligado até então as câmaras municipais, que passou a funcionar nas instalações da FILDA (Feira Internacional de Luanda) no Cazenga, cujo objectivo, consistia em dar atendimento especial ao Transporte Colectivo Urbano nas capitais das províncias, sobretudo em Luanda, com vista a superar as dificuldades na altura e promover o desenvolvimento harmonioso do País.

No âmbito do programa de reorganização do transporte rodoviário, a ETP foi extinta aos 17 de Fevereiro de 1988, nos termos do disposto nos artigos 6º, nº3 e 18º alínea a) ambos da lei 17/77 de 15 de Setembro, pela faculdade que foi conferida, o Ministro Carlos António Fernandes, tendo sido criada a TCUL-UEE, empresa de Transporte Colectivo Urbano de Luanda, Unidade Económica Estatal, aos 27 de Fevereiro de 1988, por força do Diário da República nº 9 – 1ª Série, iniciado a sua actividade efectiva ao 12 de Julho do mesmo ano.

O Ministro dos Transportes e Telecomunicações, Carlos António Fernandes, através do Despacho conjunto nº 81/88, nomeou no dia 1/Julho/1988, o Sr. José Soares de Carvalho, Director Geral da TCUL -UEE, que ficou no cargo durante vinte anos, tendo sido transferidos todos os meios fixos e pessoal afecto à ETP de Luanda. Os objectivos que estiveram na base da criação da TCUL U.E.E, prendem-se com a separação da actividade da transportação de passageiros, da carga e mercadorias, na qual ambas actividades eram exercidas pela então ETP.

Assim, a TCUL ficou com a vertente de Transporte Colectivo Urbano de Passageiro, e a UNICARGA com o transporte de cargas e mercadorias. Com a evolução dos transportes públicos, as autoridades ligadas ao sector, projectaram a construção de uma base operacional num dos bairros suburbanos de Luanda, no sentido de aproximar os transportes aos principais centros populacionais, permitindo deste modo, o cumprimento dos horários então estabelecidos. Foi nesta circunstância, que surgiu a actual base do Cazenga, transferindo-se definitivamente toda a actividade da TCUL para esta base, a qual foi inaugurada em 1980, com a chegada dos primeiros 50 autocarros Articulados Volvos, adquiridos na altura, para dinamizar a actividade do transporte colectivo urbano.

O Ministério dos Transportes, celebrou um contrato de prestação de serviços de manutenção e assistência técnica com a empresa Auto-Sueco, e a necessidade de expansão dos serviços para outras artérias da cidade, obrigou a construção de raiz, duma nova base no Golfe, Município do Kilamba Kiaxi, que em 2001, foi cedida a operadora Macon, no âmbito do contrato de concessão e exploração desses serviços celebrado com o Estado angolano.



3.2. Missão, Visão e Valores

Missão

- Prestar serviço de transporte de pessoas e Cargas em Angola, No sector urbano, Intermunicipal e Interprovincial, com eficiência e eficácia usando os recursos apropriados

Visão

- Ser a maior transportadora de pessoas e cargas em Angola nos próximos 5 anos, garantimos segurança, qualidade, eficiência e conforto nos nossos utentes.

Valores

- Eficiência
- Eficácia
- Qualidade
- Integridade
- Segurança
- Ética
- Deontologia profissional
- Cliente em Primeiro Lugar

Compromissos com o cliente

Visando reforçar o diálogo com os seus clientes, a TCUL-EP, assume os seguintes compromissos:

- Fornecer um serviço de qualidade e adequado às expectativas do cliente;
- Disponibilizar uma informação clara e correcta sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço, nos devidos suportes de comunicação social;
- Definir os horários de forma ajustada à procura, adotando rapidamente medidas corretivas que se revelem necessárias;
- Promover acções que garantam a segurança do cliente;
- Manter as infraestruturas da TCUL-EP e os veículos em bom estado de conservação e limpeza;
- Permitir a acessibilidade de clientes com mobilidade condicionada, implementando para tal as medidas necessárias;
- Promover critérios de eficiência energética e de redução da emissão de poluentes na frota, contribuindo para a proteção do meio ambiente;
- Considerar as reclamações e sugestões do Cliente como fonte de informação para a melhoria contínua do serviço.

Localização geográfica e características

A empresa de Transporte Colectivo Urbano de Luanda, situa-se a 8°49' S de latitude e 13°13' E de longitude, na cidade de Luanda. Funciona 24 horas por dia, dispondo de quatro bases operacionais na província de Luanda e bases nas províncias do Huambo, Malanje, Uíge e Benguela.



3.3. Estrutura Organizacional

A empresa TCUL-EP é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com poderes de administração sobre todos os bens do domínio público que lhe sejam afectos por lei.

Actualmente, a empresa rege-se pela Lei nº 11/13 de 03 de setembro, lei de Bases do Sector Empresarial Público, que estabelece o regime jurídico das empresas públicas, empresas com domínio público e participações públicas minoritárias, na sua secção III, dos órgãos, artigo 45º., sendo certo, que os órgãos da TCUL-EP, nomeados pelo Despacho Conjunto n.º 2247/20, de 05 de Maio de 2020 do Ministério das Finanças e dos Transportes que nomeia o Conselho de Administração da TCUL-EP, constituídos pelos seguinte membros:

- Pedro Carmo Manuel Pereira, Presidente do Conselho de Administração;
- Manuel Lotutala, Administrador para área Técnica e Operacional;
- Luntadila Lutumba Guingui, Administrador para área Financeira;
- Catarino Eduardo César, Administrador Não Executivo;
- Luís Cândido Cruz Gaspar Cohen, Administrador Não Executivo;

O Conselho Fiscal, é constituído da seguinte forma:

- Lectícia Magina Fernandes Cristóvão, Vogal do Conselho Fiscal;
- Patrícia dos Santos Rufino, Vogal do Conselho Fiscal

Organigrama



[Assinatura]

3.4. Estado (Accionista Único) Posição sobre a empresa

No âmbito do Plano de Actividade 2020 do MINTRANS, as principais actividades listadas encontram-se alinhadas com o PDNSTIR - Plano Director Nacional do Sector dos Transportes e Infra-estruturas Rodoviárias, que previa implementar o seguinte:

- Elaborar o regulamento sobre os Terminais Rodoviários de Passageiros;
- Elaborar o regulamento sobre os Transportes de Passageiros em veículos através de plataformas electrónicas (SNBI);
- Implementação do passe social e do Sistema de Bilhética no Transporte Urbano de Passageiros nas cidades de Luanda e Lubango;
- Criar a entidade gestora do abono e de remuneração de sistema de Transporte Urbano de Passageiros;
- Supervisionar os contratos de concessão do Transporte Urbano Regular de Passageiros a nível nacional;
- Elaboração de estudos, projectos e construção de terminais rodoviários interprovinciais nas províncias de Luanda, Cuanza Norte e Huambo.

O Plano visava aumentar a eficiência da gestão do transporte público, garantindo a melhoria da qualidade do serviço prestado e dos mecanismos de integração para os utilizadores, de modo a garantir a fluidez e rapidez na prestação dos serviços de transporte.



De acordo com a Lei nº 11/13, de 03 de Setembro, Lei de Bases do Sector Empresarial Público, coadjuvado com a Lei nº 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais, que orientam a prestação de contas através do relatório de gestão e respectivo Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Parecer do Órgão Fiscal e Relatório Parecer do Auditor Externo, tratando-se de um imperativo legal exercido pelo Estado Angolano.

Na sequência, o exercício da actividade de transportes urbano de passageiros é regulado pela Lei nº 20/03, de 19 de Agosto, Lei de Bases dos Transportes Terrestres, coadjuvado com o Decreto Presidencial nº 355/19, de 9 de Dezembro, Regulamento dos Transportes Rodoviários Regulares de Passageiros, bem como o Decreto Executivo nº 77/16, de 25 de Fevereiro, que regula os Bens e serviços em Regime de Preços Fixos e vigiados, na qual o preço do bilhete do transporte rodoviário colectivo urbano de passageiros, está abrangido neste regulamento.

Importa salientar, que o Sistema de Transporte Rodoviário Regular de passageiros e o transporte colectivo urbano, são de vital importância, visto que contribuem significativamente para o crescimento económico e desenvolvimento sustentável das cidades e de seus habitantes, na melhoria da qualidade de vida urbana das populações (reduzindo congestionamento) e da protecção do meio ambiente.

Outrossim, a estabilidade económica e financeiras das empresas do sector de transporte Rodoviário passa pela revisão do cálculo e pagamento do subsídio à preço, pois o valor actual e arrecadado a bordo não cobre com a estrutura de custo destas empresas, devido ao elevado custo de vida que assola o país. Estamos certo, que o estado como uma entidade de bem, responderá favoravelmente sobre o assunto em questão, assim como ocorreu com a entrega dos 240 autocarros de marca YUTONG em 2017 e 153 autocarros de marca VOLVO em 2020.



5.1. Indicadores relevantes do Sector dos Transportes

Tabela 1 - Principais indicadores do sector

Descrição	2019	2020	Desvios
Rodoviário			
Passageiros	112.499.124	99.679.263	↓ 11,4%
Cargas	407.288	152.187	↓ 62,6%
Ferroviário			
Passageiros	4.103.812	1.493.159	↓ 63,6%
Cargas	302.291	433.075	↑ 43,3%
Marítimo-Portuário			
Passageiros	Não foram transportados passageiros		
Cargas	9.174.629	8.886.884	↓ 3,1%
Aéreo			
Passageiros	3.364.884	804.311	↓ 76,1%
Cargas	39.745	18.111	↓ 54,4%

Principais destaques do Subsector Rodoviário

Subsector regulado pelo INTR, conta com 2 empresas públicas: TCUL-EP e Unicargas-EP, são os principais destaques:

- Elaboração do Plano de Negócio da Unicargas;
- Processo de negociação da concessão do Terminal Polivalente (Unicargas) com o Porto de Luanda;
- Entrega de meios rolantes para o reforço do transporte de passageiros nas 18 províncias;
- Reforço de autocarros para o serviço urbano e suburbano na TCUL;
- Início do processo de redefinição estratégica (reestruturação) da TCUL;
- Ambas empresas estão inseridas no PROPRIV, cujo processo está em curso.

5.2. Síntese da Actividade

Em 2020, em função do Plano de Actividades do referido ano, realizaram-se várias acções apesar do contexto pandémico que impactou negativamente na actividade do transporte de passageiros, onde as nossas receitas estiveram muito a quem do esperado, com prejuízos acima de Mil Milhões de Kwanzas em relação ao período homologado, conforme iremos apresentar neste relatório. Foram realizadas acções na qual salienta-se:

- Deu-se continuidade ao processo de implementação do Plano Estratégico e Plano de Negócio, referente ao período 2020 – 2024;
- Início do processo de desmantelamento de 626 autocarros imobilizados por avaria e/ou acidente, cuja recuperação seria inviável do ponto de vista económico e financeiro, visto que o valor da recuperação de um autocarro seria

Paulo Am.

igual ou superior aquisição de um novo autocarro, e tendo em conta também o tempo médio de antiguidade ser superior a 10 anos, agravado por falta de manutenções em conformidade com as recomendações dos manuais dos fornecedores das marcas;

- Em consequência do processo de negociações iniciado em 2020 com o Instituto Nacional de Segurança Social, foi assinado em fevereiro de 2021 um acordo de entendimento que visa reformar mais de uma centena de colaboradores com mais de 35 anos de serviço e/ou mais de 60 anos de idade, que continuam a auferir salário na empresa.
- Elaboração do Estatuto Orgânico para TCUL-SA (Sociedade Anónima), visando a materialização do programa de privatização (PROPRIV), bem como, a elaboração do Código de Ética e Conduta profissional dos Colaboradores;
- Elaboração dos Manuais de Normas e Procedimentos das áreas visando a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade baseado na Norma ISO 9001-2015.
- Consolidação do Sistema Integrado de Gestão (SIGTCUL) por meio de tecnologia de informação.
- Conclusão de implementação de todos módulos do sistema ERP Primavera V10, visando melhorar o processo de controlo interno a nível da empresa, bem como, a capacitação e formação dos colaboradores;
- Instalação de Sistema de Vídeo Vigilância (CCTV) nas Bases de Viana e Cazenga, implementação do sistema de GPS à toda frota operacional urbana, criação do Domínio www.tcul.co.ao, Página Web e e-mails institucionais (corporativo);
- Estudo e levantamento de dados para adopção e implementação do Qualificador Ocupacional na empresa;
- Estudos para criação e implementação do fundo Social de Apoio aos trabalhadores.



5.3. Indicadores Operacionais

De acordo com a previsão do ano de 2020, temos a realçar que dos 158 autocarros operacional, operamos com 141 autocarros que representaram uma diminuição de 10,76%, e a nível de passageiros a transportar a previsão foi de 48.720.000, e transportou-se apenas 21.710.060 o que representa uma perda na ordem de 55,44%. Segue o mapa e gráfico ilustrativo:

Tabela 2 – Comparativo da previsão e real da exploração

Rubrica	Previsão 2020	Real 2020	Desvio	%
Frota Operacional	158	141	- 17	- 10,76
Passageiros a transporta	48 720 000	21 710 060	- 27 009 940	- 55,44

Gráfico 1 – Comparativo entre previsão e o real da frota operacional

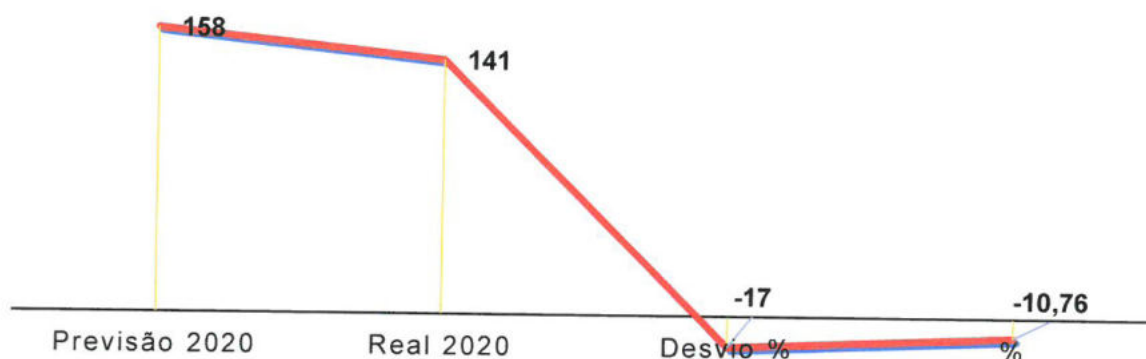
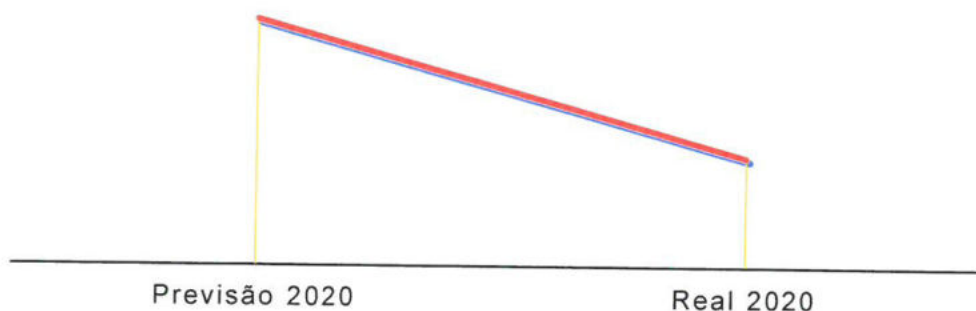


Gráfico 2 – Comparativo entre previsão e o real transportado



Nesta senda, registou-se a disponibilidade média de **141** autocarros, que representa uma diminuição de **9,03%** comparativamente aos **155** autocarros disponíveis em 2019, dos quais **105** representam a média anual da frota operacional, apresentando assim, uma diminuição do índice de aproveitamento da frota, na ordem de **9,48%** se comparado aos **116** autocarros registados no período homólogo.

A nível das viagens, realizaram-se **334.324**, o que corresponde a uma diminuição de **8,00%**, se comparado as **363.386** viagens realizadas no período homólogo, impactando em quilómetros percorridos num total de **10 037 529**, que representam uma diminuição

na ordem de **6,12%**, comparativamente aos **10.691.958** de quilómetros percorridos no período homólogo.

Foram transportados **21 710 060** passageiros, que representa uma diminuição de **34,13%** se comparado aos **32.958.594** passageiros transportados em 2019, de acordo o mapa abaixo:

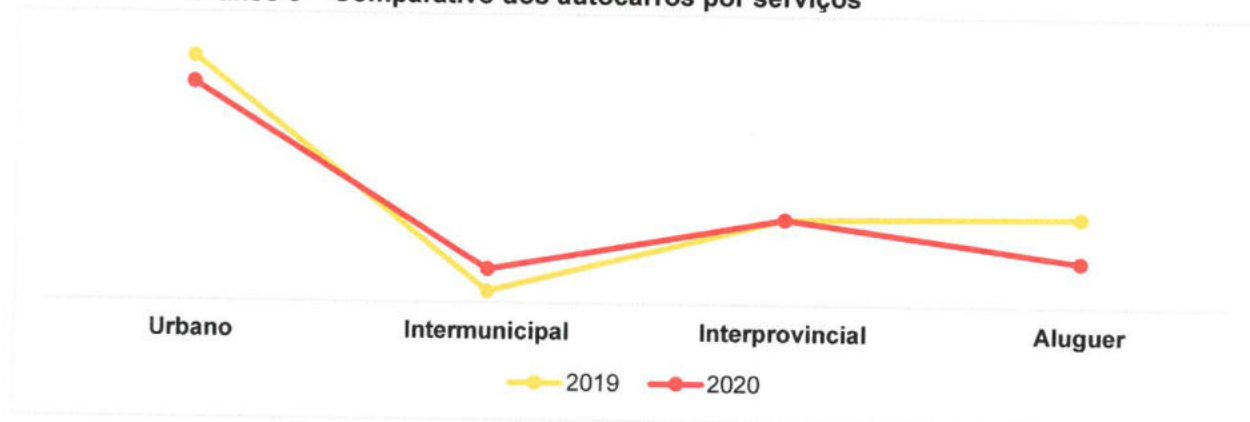
Tabela 3 – Comparativo dos indicadores operacionais

Indicadores	2019	2020	Dif. %
Autocarros Disponíveis	155	141	- 9,03
Autocarros em Actividade	116	105	- 9,48
Autocarros em Manutenção	25	158	12,00
Autocarros em Reserva	14	8	-42,86
Autocarros Avariados e Acidentados	94	75	- 20,21
Autocarros Inúteis	751	311	- 58,59
Carreiras Operacionais	40	25	- 37,50
Viagens Realizadas	363 386	334 324	- 8,00
Quilómetros Percorridos	10 691 958	10 037 529	- 6,12
Combustível Consumido	5 952 233	4 444 248	- 25,33
Passageiros Transportados	32 958 594	21 710 060	- 34,13
IPK	3	2	- 32,56
Velocidade Comercial	58	50	- 13,79

Tabela 4 – Comparativo dos indicadores da exploração

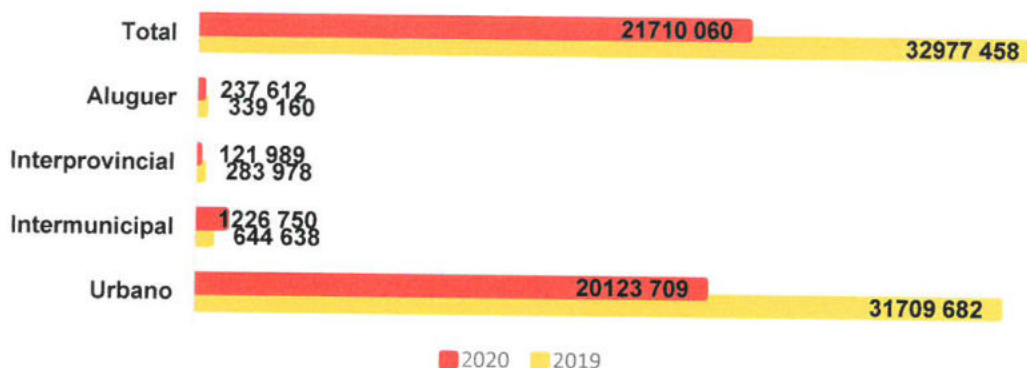
Actividade	Autocarros				Passageiros			
	Ano 2019	Ano 2020	+/-	%	Ano 2019	Ano 2020	+/-	%
Urbano	66	59	- 7	- 11	31 709 682	20 123 709	- 11 585 973	- 37
Intermunicipal	3	9	6	67	644 638	1 226 750	582 112	47
Interprovincial	23	23	0	0	283 978	121 989	- 161 989	- 57
Aluguer	24	12	- 12	- 50	339 160	237 612	- 101 548	- 30
Total	116	103	- 13	- 11	32 977 458	21 710 060	- 11 267 398	- 34

Gráfico 3 – Comparativo dos autocarros por serviços



Resposta

Gráfico 4 – Comparativo dos passageiros transportados



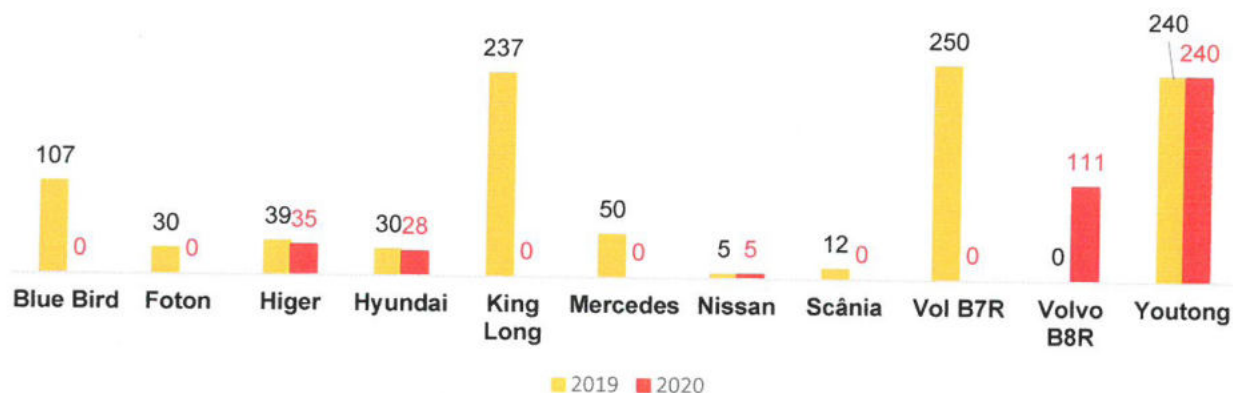
5.4. Frota de Autocarros

De realçar que o diferencial entre a frota do período em referência e do ano homólogo, deve-se ao processo de desmantelamento que teve o seu início no 3º trimestre de 2020.

Tabela 5 – Autocarros existentes

Autocarros existente		Real 2019	Real 2020
Nº	Marca		
1	Blue Bird	107	0
2	Foton	30	0
3	Higer	39	35
4	Hyundai	30	28
5	King Long	237	0
6	Mercedes	50	0
7	Nissan	5	5
8	Scania	12	0
9	Volvo B7R	250	0
10	Volvo B8R	0	111
11	Yutong	240	240
Total		1000	419

Gráfico 5 – Comparativo da frota existente



Os 419 autocarros existente, representam uma diminuição de **138,66%** se comparado aos 1000 autocarros existentes em 2019, em consequência do processo de desmantelamento iniciado em 2020.

Assinatura

5.5. Infraestruturas das Bases de Exploração

O impacto da manutenção preventiva e curativa, tanto dos autocarros quanto das infraestruturas (Bases de Apoio), reflete-se diretamente na prestação de serviço público de transporte de superfície de passageiros na província de Luanda e na ligação desta a outras províncias com a garantia de segurança, eficiência e eficácia desejada, nos vários segmentos de negócio.

Nesta senda, salienta-se o facto das instalações da base do Cazenga encontrarem-se em estado de degradação bastante avançada, cuja capacidade instalada é inferior a necessidade actual dos serviços, tanto a nível das naves oficinais para efeitos de manutenção preventiva e curativa, como a nível do parque de estacionamento dos autocarros, bombas de combustível, sistema de lavagem, energia eléctrica, água canalizada, etc.

Não menos importante, constata-se a inexistência de paragens e abrigos, falta de terminais para melhor prestação de serviço aos passageiros, sem mencionar o mau estado de muitas vias secundárias e terciárias, e ainda, a fraca iluminação das estradas nacionais, sobretudo as vias do casco suburbano, com agravante do défice de policiamento no período nocturno.

5.6. Monitoramento do Património

Monitorização das Bases

Para melhorar o controlo e movimentação nas bases Cazenga e Viana, foi instalado parcialmente em ambas as bases, um sistema de Vídeo Vigilância CCTV. Na Base Cazenga, dos 30 dispositivos previstos, foram instaladas 9, o que representa **30 %**. Já em Viana, foram instalados 8 dispositivos de um total de 20 previstos, representando **40 %**.

Gráfico 6 – Comparativo da instalação do sistema CCTV



Estava programado a instalação do sistema CCTV em 3 instalações (Base Viana, Base Cazenga e Escritórios Centrais – Serpa Pinto), sendo que foi coberta apenas 2 instalações, representando **66,66 %**.

[Assinatura]

Monitorização das Viaturas

O plano previsto era de equipar 3 viaturas do sistema urbano a título experimental. Desse número inicialmente programado, foi equipada apenas 1 viatura. Devido a questões de ordem tecnológica e técnica, infelizmente ainda não podemos visualizar imagens dessa viatura apesar de estar completamente equipada. Podemos assim concluir que esta tarefa foi cumprida em apenas **33,33 %**.

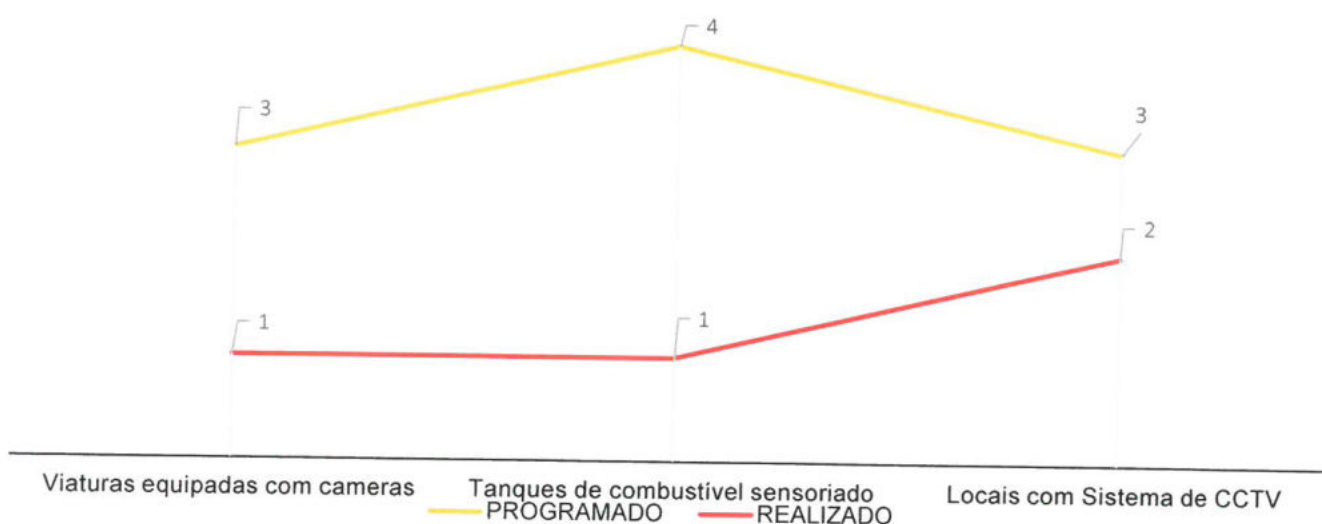
Pode-se dizer que, a monitorização da frota urbana com auxílio de meios tecnológicos continua a ser um dos principais desafios do Conselho de Administração para o ano de 2021.

Monitorização dos Combustíveis

Estava programado o início da monitorização do combustível nos tanques de armazenamento do Cazenga e Viana com a instalação de sensores que monitorizam o combustível nos 4 tanques (2 do Cazenga e outros 2 de Viana). Dos 4 sensores previstos para serem instalados apenas 1 está a funcionar representando **25 %**.

Não há dúvidas nenhuma que para 2021 esta tarefa deverá merecer toda a atenção do Conselho de Administração.

Gráfico 7 – Comparativo das acções previstos e realizadas



Assinatura

5.7. Recursos Humanos

Em 2020, o quadro do pessoal afecto a TCUL-EP era composto de 1720 colaboradores distribuídos de seguinte forma:

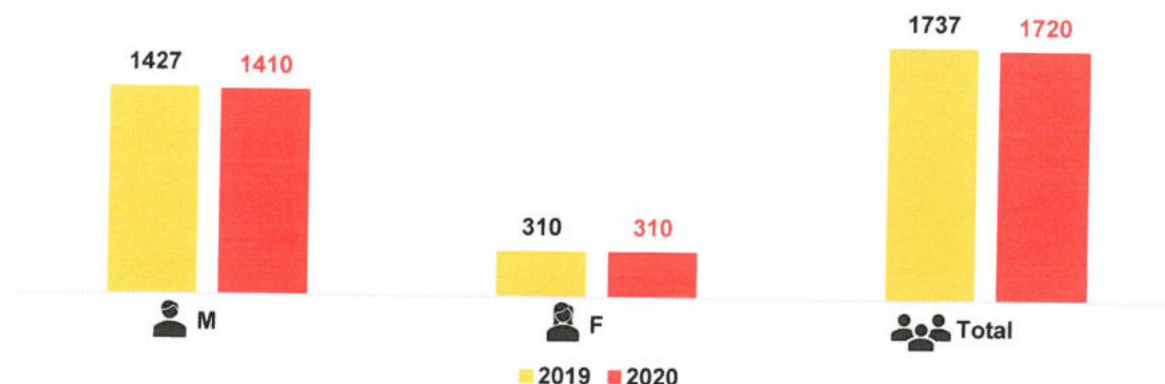
Tabela 6 – Distribuição do pessoal por área

Descrição	Por área	%
Conselho de Administração	27	1,60%
Gabinete Estudos, Planeamento e Tecnologia de Informação	17	1,00%
Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna	41	2,40%
Direcção de Recursos Humanos e Contenciosos	57	3,30%
Direcção Financeira e Contabilidade	104	6,00%
Direcção Operacional e Comercial	1102	64,10%
Direcção de Gestão Oficial e Aprovisionamento	318	18,50%
Direcção do Centro de Formação Profissional	29	1,70%
Central de Monitorização e Apoio a Gestão	2	0,10%
Central de Relações Pública e Comunicação e Marketing	23	1,30%
Total	1720	100,00%

No quadro de 1720 colaboradores, na qual, 310 do sexo feminino que representam 18,02% e 1410 de sexo masculino que correspondem 81,98%, como mostra o gráfico abaixo, sendo certo que os salários foram pagos na totalidade, através das receitas internas e dos subsídios à preço.

Dos 1720 colaboradores, encontram-se em activo 1537, que representam 89,36%, 121 que aguardam a reforma, correspondem a 7,03%, 55 inactivos por doenças, que representam a 3,19% e 7 inactivos por suspensão temporária dos contratos de trabalho, correspondente a 0,40%.

Gráfico 8 – Distribuição dos colaboradores por género



Rebê Pen

Gráfico 9 – Distribuição dos Colaboradores por faixa etária

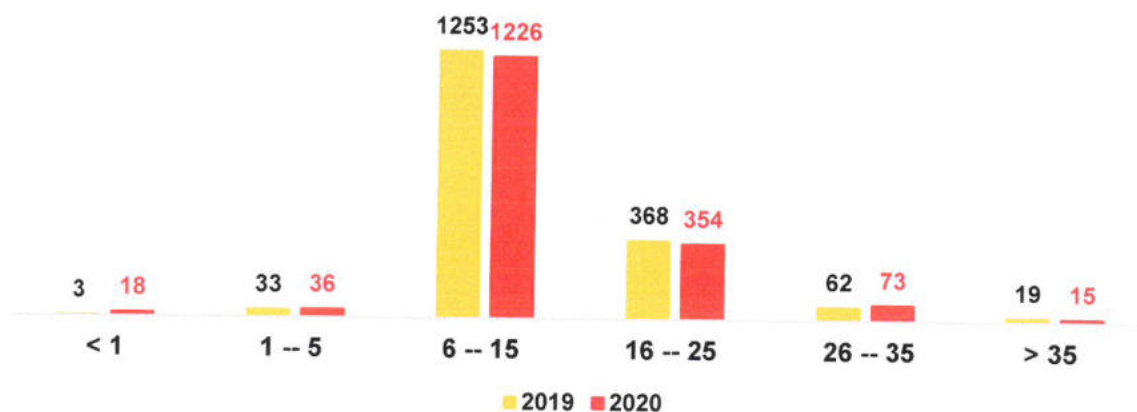


Gráfico 10 – Distribuição dos Colaboradores por níveis académicos



Os colaboradores sem habilitações literarias, referem-se aos que não têm nenhum dado académico no arquivo da empresa.

Gráfico 11 – Distribuição dos Colaboradores por tempo de serviço



Assinatura

5.8. Formação Profissional e Escola de Condução

No exercício económico 2020, foram arrecadados um total de 21.409.000,00 Kz em que 54% corresponde a receita da Escola de Condução e 46% corresponde a receita da formação profissional.

Gráfico 12 – Receitas do CFPT



Durante o ano em referência a escola de condução efectuou 310 matrículas e 74 exames, e a escola de formação profissional realizou 1098 inscrições das quais 564 concluíram a formação com êxito.

5.9. Indicadores económico e financeiro

Quanto aos indicadores financeiros para o ano de 2020, somos a realçar que as previsões para os proveitos totais se cifraram em 5 574 900 000,00 Kz ao passo que o realizado esteve muito à quem do esperado, estando na ordem dos 3 137 669 619,26 Kz representando um desvio desfavorável de 43,72%. No que tange os custos totais, o valor planeado foi de 5 014 281 002,93 Kz e o realizado foi de 3 808 816 929,92 Kz, que representa um ganho na ordem dos 24,04%.

Tabela 7 – Comparativo da previsão e real dos proveitos e custos totais

Indicadores	Previsão 2020	Real 2020	Desvio	%
Proveitos Totais	5 574 900 000,00	3 137 669 619,26	- 2 437 230 380,74	- 43,72 %
Custos Totais	5 014 281 002,93	3 808 816 929,92	-1 205 464 073,01	24,04 %
Margem Bruta	560 618 997,07	- 671 147 309,83	- 1 231 766 306,9	- 119,72%

Rede em.

Gráfico 13 – Comparativo entre previsão e o real dos proveitos

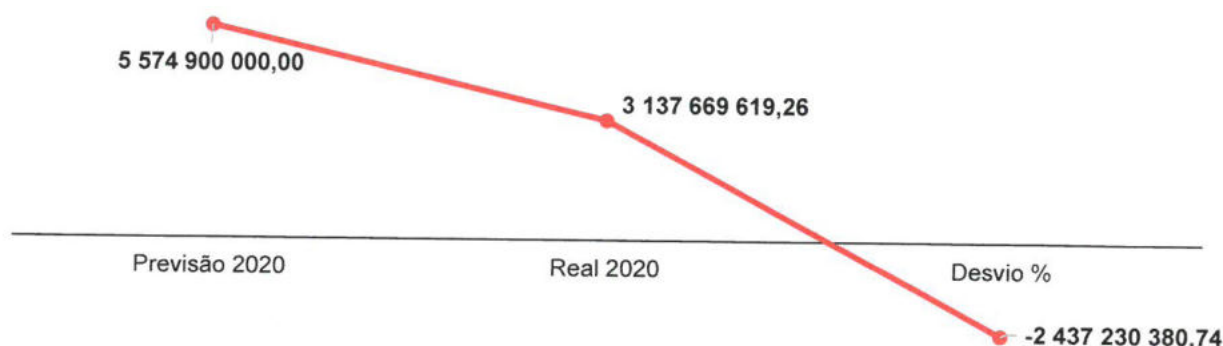
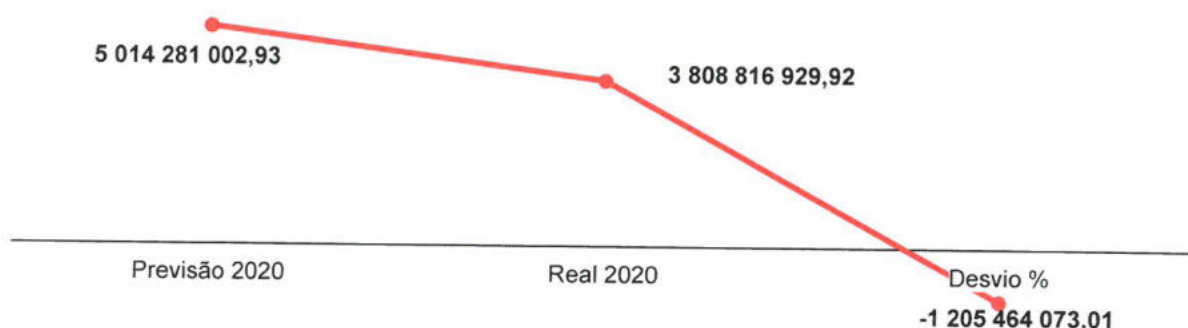


Gráfico 14 – Comparativo dentre previsão e o real dos custos

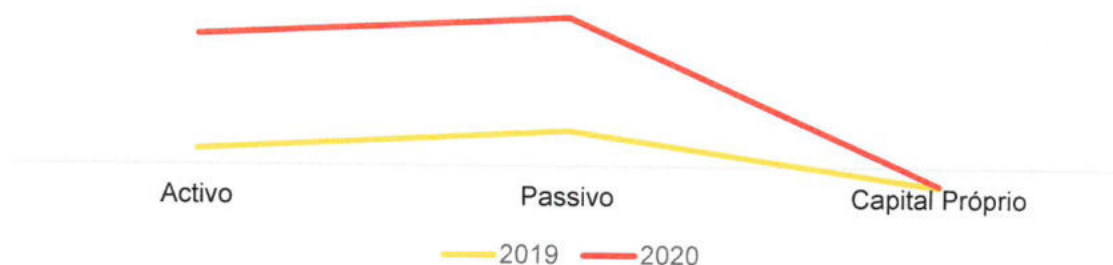


Os indicadores abaixo, representam a análise da evolução do património da empresa, durante o ano de 2019 e 2020.

Tabela 8 – Comparativo do activo, passivo e capital próprio

Rubrica	2019	2020	Dif. %
Activo	4.043.443.325,10	34.525.645.263,00	753,87%
Passivo	9.242.886.008,67	39.298.009.513,00	325,17%
Capital Próprio	- 5.199.442.683,57	- 4.772.364.250,00	- 8,21%

Gráfico 15 – Comparativo da evolução do activo, passivo e capital próprio



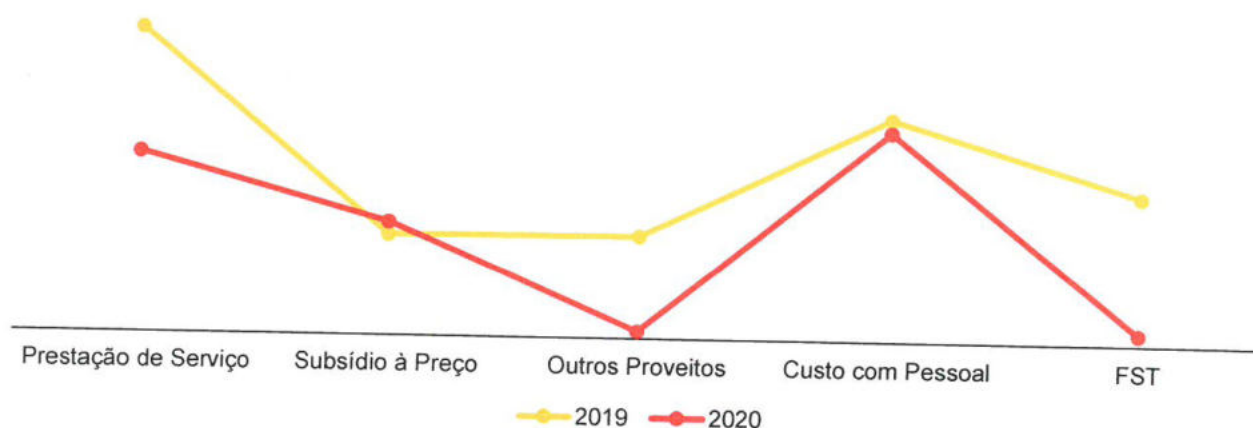
Os rácios abaixo, representam a análise do desempenho do Fundo de Maneio, volume de negócio e outros, das unidades de produção e centros de custos, com impacto nos resultados operacionais.

[Assinatura]

Tabela 9 – Comparativo do fundo maneio e outros

Rubrica	2019	2020	Dif. %
Fundo de Maneio	-7 591 312 023,22	-37 850 689 828,00	398,61
Volume de Negócio	5 283 715 649,90	4 802 760 585,00	-9,10
EBITDA	371 182 182,69	175 079 572,84	-52,83
EBIT / ML	1 771 117 040,04	1 293 395 849,30	-26,97
Resultado Financeiro	-119 742 373,63	105 027 764,40	-187,71
Resultado Líquido	271 995 192,00	568 661 742,63	109,07

O gráfico abaixo, explica a evolução dos proveitos operacionais versus custos operacionais:
Gráfico 16 – Comparativo dos proveitos operacionais versus custos operacionais



Os indicadores de estrutura (Autonomia Financeira, Solvabilidade e liquidez imediata), assim como outros rácios permitem analisar a gestão da empresa no período em referência:

Tabela 10 – Comparativo dos indicadores de estrutura

Rubrica	2019	2020
Autonomia Financeira	- 1,29	- 0,14
Solvabilidade	- 0,56	- 1,21
Liquidez Imediata	0,05	0,001
PMP (dias)	66,01	39,49
PMR (dias)	4,65	30,00

Assinatura

6. Declaração de Conformidade

O Conselho de Administração afirma ser do seu conhecimento que o Balanço, Demonstrações de Resultados e as demais Demonstrações Financeiras reportadas ao exercício findo a 31/12/2020, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Activo, do Passivo, dos Proveitos, dos Custos, da Situação Financeira e dos Resultados da Empresa, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios.

Anexos

Balanço, Demonstração de Resultados, Fluxos de Caixa, Balancete Final, Mapa de Amortizações e Reintegrações, Inventário Final, Parecer Conselho Fiscal, Parecer de Auditoria Externa, etc.



7. Demonstrações Financeiras

7.1. Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em Kwanzas)

Designação	Notas	Exercícios	
		2020	2019
ACTIVO			
Activos não correntes:			
Imobilizações corpóreas	4	33 877 738 911	3 195 120 934
Imobilizações incorpóreas		29 436 065	7 501 064
Investimentos em subsidiárias e associadas		27 850 352	27 850 352
		<u>33 935 025 328</u>	<u>3 230 472 350</u>
Activos correntes:			
Existências	8	120 423 426	172 617 140
Contas a receber	9	422 588 430	603 016 844
Disponibilidades	10	47 608 079	406 918 141
Outros activos correntes		-	1 589 815
		<u>590 619 935</u>	<u>1 184 141 940</u>
<i>Total do activo</i>		<u>34 525 645 263</u>	<u>4 414 614 290</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio:			
Capital	12	1 589 815	1 589 815
Reservas	13	317 883	52 000 372
Resultados Transitados	14	(4 205 610 207)	(5 377 319 328)
Resultados do Exercício		(568 661 741)	271 995 192
<i>Total do capital próprio</i>		<u>(4 772 364 250)</u>	<u>(5 051 733 949)</u>
Passivo não corrente:			
Empréstimos de médio e longo prazo		-	-
Provisões para pensões		-	-
Provisões para outros riscos e encargos	18	457 834 341	442 234 341
Outros passivos não correntes	19	398 865 409	-
		<u>856 699 750</u>	<u>442 234 341</u>
Passivo corrente:			
Contas a pagar	19	3 988 328 129	4 395 332 487
Empréstimos de curto prazo	20	596 352 838	483 703 897
Parte cor dos empr.a médio e longo prazos		-	-
Outros passivos correntes	21	33 856 628 796	4 145 077 504
<i>Total do passivo</i>		<u>38 441 309 763</u>	<u>9 024 113 888</u>
<i>Total do capital próprio e passivo</i>		<u>34 525 645 263</u>	<u>4 414 614 280</u>

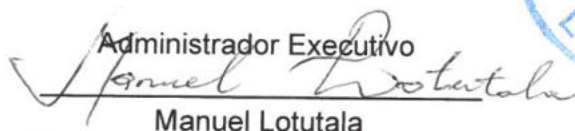
Administração

Presidente do Conselho de Administração

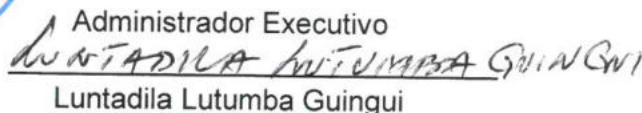


Pedro Carmo Manuel Pereira

Administrador Executivo


Manuel Lotutala

Administrador Executivo


Luntadila Lutumba Guingui

Administrador Não Executivo

Luís Cândido Gaspar Cruz Cohen

Administrador Não Executivo

Catarino Eduardo Cêsar

Contabilista

A Contabilista, N/R na OCPCA: 20152930

Lubamba Rita Narciso dos Santos

7.2. Demonstrações de Resultados

Demonstração de resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em Kwanzas

Designação	Notas	Exercícios	
		2020	2019
Vendas	22	1 090 489 360	1 168 825 033
Prestações de serviços	23	2 006 283 014	3 166 818 603
Outros proveitos operacionais	24	1 705 988 210	822 776 159
		<u>4 802 760 585</u>	<u>5 158 419 795</u>
Trabalhos para a própria empresa		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas e subsidiárias consumidas		-	-
Custos com o pessoal	28	(2 199 116 955)	(2 235 236 377)
Amortizações	29	(1 640 498 141)	(759 379 072)
Outros custos e perdas operacionais	30	(1 507 103 478)	(1 537 228 445)
		<u>(5 346 718 574)</u>	<u>(4 531 843 894)</u>
Resultados Operacionais:		<u>(543 957 989)</u>	<u>626 575 901</u>
Resultados financeiros	31	(105 027 764)	(119 742 373)
Resultados de filiais e associadas		-	-
Resultados não operacionais	33	80 324 012	(237 328 129)
Resultados antes de impostos:		<u>(568 661 741)</u>	<u>269 505 399</u>
Imposto sobre o rendimento	35	-	-
Resultados líquido das actividades correntes		<u>(568 661 741)</u>	<u>269 505 399</u>
Resultados extraordinários		-	-
Imposto sobre o rendimento		-	-
Resultados líquidos do exercício		<u>(568 661 741)</u>	<u>269 505 399</u>

Administração

Presidente do Conselho de Administração

Pedro Carmo Manuel Pereira

Administrador Executivo

Manuel Lotutala

Administrador Executivo

Luntadila Lutumba Guingui

Administrador Não Executivo

Luís Cândido Gaspar Cruz Cohen

Administrador Não Executivo

Catarino Eduardo César

Contabilista

A Contabilista, N/R na OCPCA: 20152930

Lubamba Rita N. dos Santos
Lubamba Rita Narciso dos Santos

7.3. Demonstrações de Fluxo de Caixa

Demonstração de fluxos de caixas em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em Kwanzas

Designação	Exercícios	
	2020	2019
Fluxo de caixa das actividades operacionais:		
Resultado líquido antes de Impostos e rubricas extraordinárias	(568 661 741)	271 995 192
Ajustamentos		
Amortizações	1 640 498 141	759 379 072
Provisões para contas a receber e inventários	(49 443 484)	(693 458 252)
Provisões para outros riscos e encargos	15 600 000	24 824 790
Subsídios	(1 541 737 063)	774 776 159
Resultados financeiros	105 027 764	119 742 374
Resultados extraordinários		
	(398 716 384)	1 257 259 335
Resultados operacionais antes das alterações do capital circulante		
Diminuição/(aumento) das existências	52 193 714	-
Diminuição/(aumento) das dividas de terceiros operacionais	229 871 899	-
Diminuição/(aumento) de outros activos operacionais	-	-
Aumento/(Diminuição) das dividas a terceiros operacionais	(407 004 358)	-
Aumento/(Diminuição) de outros passivos operacionais	-	-
Aumento/(Diminuição) de resultados transitados (regularizações)	289 426 344	(236 958 262)
Caixa líquida proveniente das actividades operacionais	(234 228 786)	1 020 301 073
Fluxo de caixa das actividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios a investimento	32 276 790 298	774 776 159
Juros e proveitos similares		-
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	(32 327 633 839)	-
Imobilizações incorpóreas		-
Investimentos financeiros		-
Caixa líquida proveniente das actividades de investimento	(50 843 541)	774 776 159
Fluxo de caixa das actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	212 738 543	-
Subsídios à exploração e doações		-
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos		(483 703 897)
Amora. de contractos de locações finan.		-
Juros custos similares pagos		107 341 006
Caixa líquida proveniente das actividades de financiamento	212 738 543	(376 362 891)
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes	(359 310 062)	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	406 918 141	406 918 141
Caixa e seus equivalentes no fim do período	47 608 079	406 918 141

Administração

Presidente do Conselho de Administração


Pedro Carmo Manuel Pereira

Administrador Executivo

Manuel Lotutala

Administrador Executivo

Luntadila Lutumba Guingui

Administrador Não Executivo

Luís Cândido Gaspar Cruz Cohen

Administrador Não Executivo

Catarino Eduardo César

Contabilista

A Contabilista, N/R na OCPCA: 20152930

Lubamba Rita Narciso dos Santos
Lubamba Rita Narciso dos Santos

Notas às Contas com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Introdução

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Geral de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. Actividade

A TCUL – Transporte Colectivo Urbano de Luanda, E.P. é uma empresa de capitais públicos, com sede em Luanda, A Empresa dedica-se ao transporte Urbano, Inter Municipal e Inter Provincial de passageiros, disponibilizando aos utentes meios de deslocação adequados às necessidades crescentes impostas pelo desenvolvimento da economia de Angola, prossequindo com as directrizes do Governo para a estabilização da política de transportes públicos.

2. Políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade Angolano publicado no Decreto n.º 82/01 de 16 de novembro. As Demonstrações financeiras e os registos contabilísticos que as suportam foram preparados na base da continuidade e do acréscimo, em obediência aos princípios contabilísticos da consistência, materialidade, não compensação de saldos e comparabilidade e respeitam as características de relevância e fiabilidade da informação prestada.

A Empresa não depreciou o seu imobilizado de acordo com as taxas previstas na Portaria n.º 755/72 e 207/15. Por se tratar de uma Empresa de capitais públicos integrante do sector empresarial público utilizou as taxas de amortização previstas no Decreto Presidencial n.º 177/10.

Os leitores destas demonstrações financeiras deverão prestar atenção à comparabilidade dos Balanços apresentados em 2020 e 2019 a qual foi afectada, pelo facto da Empresa ter obtido uma frota de novos autocarros, que entraram em circulação em Novembro de 2020 e foram registados como um subsidio ao investimento, que se traduz num aumento do “Activo não corrente” e dos “Outros passivos correntes” no montante de AKZ 32.276.790.298. Esteve na base deste reconhecimento o valor de aquisição dos bens, no entanto até à emissão destas demonstrações financeiras a Tutela não tinha informado a que titulo eram dispensados os bens à TCUL, optando o Conselho de Administração por



os reconhecer como “Subsídio ao investimento” tal como tinha sido comunicado aquando da última entrega de autocarros.

2.2 Bases de valorimetria adoptadas na preparação das demonstrações financeiras

A base valorimétrica globalmente adoptada foi o custo histórico.

As taxas de câmbio utilizadas para a valorimetria de activos e passivos cujo valor esteja dependente das flutuações da moeda estrangeira foram as seguintes (i) USD 1 convertido a AKZ 650 (ii) EUR 1 convertido a AKZ 799.

2.2.1 Critérios de reconhecimento e bases de valorimetria específicas

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de dezembro de 2015 (i) encontram-se registadas ao custo de aquisição, que inclui despesas de transporte e despesas alfandegárias imputáveis aos bens de imobilizado. Para os bens que não foi possível determinar o custo de aquisição utilizou-se o valor indicativo de reposição conforme estipula o Decreto Presidencial n.º 177/10.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas no Decreto Presidencial n.º 177/10.

As taxas de depreciação utilizadas são as que resultam da vida útil assim definida:

- Equipamento de carga e transporte (3-6) anos
- Equipamento administrativo (8-10) anos
- Equipamento básico (5-10) anos

b) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas adquiridas até 31 de dezembro de 2020 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas no Decreto Presidencial n.º 177/10.

As taxas de amortização utilizadas são as que resultam das vidas úteis assim definidas:

- Despesas de constituição (3) anos

c) Existências

As Existências foram valorizadas ao custo médio de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois utilizou-se o mais baixo.

Os ajustamentos para o valor realizável líquido foram reconhecidos através da criação de provisões para depreciação de existências.

d) Contas a Receber

As contas a receber são valorizadas ao custo histórico ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O Custo histórico é o valor de registo inicial eventualmente corrigido para reflectir as diferenças de câmbio não realizadas determinadas pela aplicação da taxa de câmbio à data do fecho às quantias em moeda estrangeira em dívida na data de relato.

O ajustamento do custo histórico para o valor realizável líquido foi reconhecido através da constituição de uma provisão para créditos de cobrança duvidosa, a qual será anulada ou ajustada quando cessarem ou se alterarem as razões que determinaram a sua constituição.

e) Disponibilidades

As Disponibilidades são reconhecidas ao valor de registo inicial, eventualmente corrigido para reflectir as diferenças de câmbio não realizadas determinadas pela aplicação da taxa de câmbio à data do fecho às quantias em moeda estrangeira em dívida na data de relato.

f) Outros Activos Correntes e não Correntes

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas sub-rubricas de Outros valores a receber e a pagar.

g) Contas a Pagar

As contas a pagar são valorizadas ao valor do registo inicial, eventualmente corrigido para reflectir (i) os juros vencidos, relativos a dívidas que não tenham sido pagas no vencimento (ii) e diferenças de câmbio não realizadas determinadas pela aplicação da taxa de câmbio à taxa de fecho às quantias em moeda estrangeira em dívida na data de relato.

h) Outros Passivos Correntes e não Correntes

A Empresa regista os seus custos e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são pagos. As diferenças entre os montantes pagos e as correspondentes despesas geradas são registadas nas sub-rubricas de Outros valores a receber e a pagar.

i) Subsídios a Preço

Os subsídios a preço são reconhecidos numa "Base de caixa", contrariando o princípio do "Acréscimo" a que deve obedecer as Demonstrações financeiras na sua preparação, dado que a Empresa não dispõe de nenhum regulamento o contrato programa com o Estado, que lhe permita determinar mensalmente o subsídio a preço que lhe cabe pelo serviço prestado.

j) Prestações de Serviços

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando (i) se observarem as condições gerais para o seu reconhecimento como proveito (ii) e os custos referentes a essa transação tenham também ocorrido no período.

k) Erros e alterações de políticas contabilísticas

A correcção de erros na preparação de Demonstrações financeiras de períodos anteriores que foram descobertos e/ou corrigidos no período corrente foram (i) reconhecidos nos resultados líquidos do período, (ii) excepto os que reuniram, pela sua materialidade, características de "erros fundamentais" tendo sido corrigidos nos "resultados transitados de exercícios anteriores"

l) Imposto sobre os lucros

A Empresa encontra-se sujeita à tributação em sede de Imposto Industrial Grupo A. O imposto é calculado com base no lucro tributável utilizando uma taxa nominal de 25%.

Os impostos sobre os lucros a pagar são valorizados ao custo corrente, determinado pela diferença entre o custo histórico do imposto que deveria ser pago e o custo histórico dos adiantamentos já efectuados.

É convicção da Administração da Empresa que não existem quaisquer responsabilidades fiscais relevantes, reais ou contingentes, para além daquelas registadas nas contas respectivas, que não tenham sido escrituradas e de que não ocorrerão correcções à matéria colectável, por parte das autoridades fiscais com efeito relevante nas contas da sociedade.

Notas ao Balanço

4. Imobilizações corpóreas

4.1 Composição

Rubricas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	-	-	-
Edifícios e outras construções	520 636 784	(158 817 019)	361 819 765
Equipamento básico	52 700 948	(46 785 178)	5 915 770
Equipamento de transporte	42 752 248 043	(9 630 186 735)	33 122 061 308
Equipamento administrativo	147 172 295	(80 888 267)	66 284 028
Outras imobilizações corpóreas	136 977 952	(130 228 788)	6 749 164
<i>Sub-total...</i>	<i>43 609 736 023</i>	<i>(10 046 905 987)</i>	<i>33 562 830 035</i>
Imobilizado em curso	314 908 876	-	314 908 876
<i>Total...</i>	<i>43 924 644 899</i>	<i>(10 046 905 987)</i>	<i>33 877 738 911</i>

O Imobilizado em curso no montante de AKZ 314.908.876 diz respeito ao projecto do sistema de bilhética, aguardando a Empresa orientação superior quanto aos passos seguintes para a sua conclusão. Relacionado com este Imobilizado em curso, está reconhecido um "Subsídio ao investimento" na rubrica de "Outros passivos correntes no montante de AKZ 404.063.356 (nota 21)

4.3 Movimento ocorrido no Imobilizado Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates/Transf	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	520 636 784	-	-	520 636 784
Equipamento básico	44 531 838	8 169 110	-	52 700 948
Equipamento de transporte	10 475 457 745	32 276 790 298	-	42 752 248 043
Equipamento administrativo	106 730 208	40 442 087	-	147 172 295
Outras imobilizações corpóreas	134 745 608	2 232 344	-	136 977 952
Taras e vasilhame	-	-	-	-
Imobilizado em curso	333 700 050	-	(18 791 174)	314 908 876
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	-	-	-
	11 615 802 233	32 327 633 839	(18 791 174)	43 924 644 899

Neste exercício foram entregues à Empresa uma frota de autocarros, cujo valor ascende a AKZ 32.276.790.298, reconhecidos no "Activo fixo" acima e em "Outros passivos correntes" (nota 21). Estes equipamentos foram reconhecidos como um "Subsídio ao investimento".



4.4 Movimento ocorrido nas amortizações

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Abates	Saldo final
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	(148 098 225)	(10 718 794)			(158 817 019)
Equipamento básico	(45 199 559)	(1 585 619)			(46 785 178)
Equipamento de transporte	(8 034 476 786)	(1 595 709 950)			(9 630 186 736)
Equipamento administrativo	(68 251 759)	(12 636 508)			(80 888 267)
Outras imobilizações corpóreas	(124 654 971)	(5 573 817)			(130 228 788)
Taras e vasilhame	-	-			-
	(8 420 681 300)	(1 626 224 688)		-	(10 046 905 988)

8. Existências

8.1 Composição

Em 31 de Dezembro de 2020, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição

Rubricas	Valor bruto	Provisões acumuladas	Valor líquido
Matérias primas subsidiárias e de consumo	437 524 307	(317 100 881)	120 423 426
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-	-
Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-
Mercadorias	-	-	-
Matérias primas, mercadorias e materiais em transito	-	-	-
	437 524 307	(317 100 881)	120 423 426

As matérias de consumo são maioritariamente constituídas por peças sobressalentes e materiais de consumo da Frota da Empresa. O seu consumo é registado em rubricas de Fornecimentos e serviço de terceiros, nomeadamente nas rubricas de "Combustíveis/Lubrificantes" e "Conservação e reparação"

8.2 Movimentos ocorridos durante o exercício nas provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Matérias primas subsidiárias e de consumo	(319 129 444)	-	2 028 563	(317 100 881)
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
Mercadorias	-	-	-	-
Matérias primas, mercadorias e materiais em transito	-	-	-	-
	(319 129 444)	-	2 028 563	(317 100 881)



9. Outros Activos não Correntes e Contas a Receber

9.1 Composição

Em 31 de Dezembro de 2020, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Rubricas	Corrente	Não corrente		Total
		Vencível até 5 anos	Vencível a mais de 5 anos	
Valor bruto:				
Clientes - correntes	454 423 812	-	-	454 423 812
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
Fornecedores - saldos devedores	3 049 020	-	-	3 049 020
Estado	297 870 033	-	-	297 870 033
Entidades participantes e participadas	1 589 815	-	-	1 589 815
Pessoal	17 625 864	-	-	17 625 864
Outros devedores	-	-	-	-
	774 558 544	-	-	774 558 544
Provisões para cobranças duvidosas	(351 970 115)		-	(351 970 115)
	422 588 430	-	-	422 588 430

O saldo da rubrica "Estado" é referente ao "subsídio a preço" facturado em 2020 e recebido já em 2019.

9.2 Movimentos, ocorridos durante o exercício, nas provisões

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Clientes - correntes	-	-	-	-
Clientes - títulos a receber	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	(401 413 599)	-	49 443 484	(351 970 115)
Fornecedores - saldos devedores	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-
Participantes e participadas	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-
Devedores - vendas de imobilizado	-	-	-	-
Outros devedores	-	-	-	-
	(401 413 599)	-	49 443 484	(351 970 115)

A diminuição verificada na rubrica de "Provisões para cobrança duvidosa" diz respeito a valores recebidos de clientes no exercício que haviam sido provisionados em exercícios anteriores



10. Disponibilidades

10.1 Composição

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, estas rubricas apresentavam os seguintes saldos:

Rubricas	2020	2019
Titulos Negociáveis	-	-
SalDOS em bancos	23 670 407	387 222 552
Caixa	23 937 672	19 695 589
	47 608 079	406 918 141
Provisões	-	-
	47 608 079	406 918 141

12. Capital

12.1 Composição e movimento no período

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício de 2020 foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital	1 589 815	-	-	1 589 815
Acções/quotas próprias	-	-	-	-
Prémios de emissão	-	-	-	-
Prestações suplementares	-	-	-	-
	1 589 815	-	-	1 589 815

O Capital da Sociedade é detido a 100% pelo Estado, decorrente do seu estatuto de E.P. – Empresa Pública.

13. Reservas

13.1 Composição e movimento no período

O movimento ocorrido nas reservas durante o exercício de 2020 foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reserva legal	52 000 372	-	(51 682 489)	317 883
Reserva de reavaliação	-	-	-	-
Reservas com fins especiais	-	-	-	-
Reservas livres	-	-	-	-
	52 000 372	-	(51 682 489)	317 883



O movimento ocorrido na Reserva legal é explicado pela reexpressão da moeda para o Kwanza actual, o valor anterior não foi convertido aquando do aparecimento (no passado) do novo Kwanza.

14. Resultados Transitados

14.1 Composição

O movimento ocorrido em Resultados transitados durante o exercício de 2020 foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Saldo inicial:				
Movimentos no período:				
Transferência dos resultados do exercício anterior	-	-	-	-
Aplicação de resultados	(7 126 594 834)	271 995 192	-	(6 854 599 642)
Erros fundamentais	1 749 275 506	330 295 065	-	2 079 570 571
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-
Efeitos de impostos dos erros fundamentais e das alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-
. Reexpressão da Reserva Legal	-	51 682 489	-	51 682 489
. Perdão de dívidas	-	517 736 375	-	517 736 375
	(5 377 319 328)	602 290 257	-	(4 205 610 207)

No exercício de 2020 foram efectuados um conjunto de movimentos nas rubricas de Resultados transitados, motivados pela ocorrência de erros fundamentais e anulação de saldos. As situações aí descritas e as motivações para a sua regularização, insere-se num processo em curso de conferencia e negociação de contas a pagar que a Administração entende estar praticamente concluído neste exercício

18. Outros Passivos não Correntes

18.1 Movimentos ocorridos no exercício

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Provisões para processos judiciais em curso	260 239 843	15 600 000	-	275 839 843
Provisões para acidentes de trabalho	-	-	-	-
Provisões para garantias dadas a clientes	-	-	-	-
Provisões para outros riscos e encargos	-	-	-	-
. Contingências fiscais	181 994 498	-	-	181 994 498
	442 234 341	-	-	457 834 341



As contas de impostos, apresentam um montante de dividas à Administração fiscal cujo prazo de liquidação já ocorreu. Para fazer face a essa situação e a outras contingências que daí possam vir a ser levantadas pela Administração fiscal foi constituída em 2019 a provisão acima evidenciada.

19. Outros Passivos não Correntes e Contas a Pagar

19.1 Composição

Em 31 de Dezembro de 2020, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Rubricas	Corrente	Não corrente		Total
		Vencível até 5 anos	Vencível a mais de 5 anos	
Fornecedores - correntes	3 088 608 454	-	-	3 088 608 454
Fornecedores - títulos a receber	-	-	-	-
Clientes - saldos credores	19 225 126	-	-	19 225 126
Estado	449 349 134	398 865 409	-	848 214 543
Participantes e participadas	-	-	-	-
Pessoal	78 940 104	-	-	-
Credores - compras de imobilizado	-	-	-	-
Outros credores	352 205 310	-	-	352 205 310
	3 988 328 129	398 865 409	-	3 988 328 129

Os valores em divida ao Estado e a outros organismos públicos em 31 de Dezembro de 2020 apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	2020	2019
Imposto sobre os Lucros	-	1 277 688
Imposto de Produção e Consumo	7 981 764	29 347 890
Imposto de rendimento do trabalho	245 646 437	246 429 584
Imposto sobre o valor acrescentado	27 807 457	-
Contribuições para a Segurança Social	564 184 842	905 318 337
Outros Impostos	2 594 043	15 072 525
	848 214 543	1 197 446 024

Foi celebrado com o INSS em 2020 um acordo de pagamento da divida vencida, que envolveu o perdão de juros, cujo valor global ascende a AKZ 517.447.017 cuja liquidação se inicia em Janeiro de 2021 de 49 prestações mensais de AKZ 10.780.146 cada, sendo a última em Janeiro de 2025.

Paulo Pereira

20. Empréstimos de Curto Prazo

20.1 Composição do movimento do período

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Empréstimos bancários	383 614 295	100 089 602		483 703 897
Empréstimos por obrigações				
Empréstimos por título de participação				
Outros empréstimos (Descoberto bancário)	-	112 648 941		112 648 941
	383 614 295	212 738 543	-	596 352 838

Os montantes referentes a capital e juros emergentes do Financiamento contraído no Banco Sol, estão cobertos por uma (i) livrança em branco, subscrita pela Empresa e avalizada por três Administradores e pela consignação de receitas. O descoberto bancário diz respeito à conta de Depósitos à ordem junto do Banco Sol e justifica-se pelo débito de juros do financiamento não liquidados pela Empresa.

21. Outros Passivos Correntes

Rubricas	2020	2019
Encargos a pagar	300 778 370	1 283 218 953
. Remunerações a liquidar	243 641 370	239 259 084
. A Outros credores	57 137 000	1 043 959 869
Proveitos a repartir por períodos futuros	33 555 850 427	2 861 858 452
. Subsídios ao investimento - Frota	33 119 616 223	2 438 446 211
. Subsídios ao sistema de bilhética	404 063 356	404 063 256
. Subsídios à aquisição de equipamento e programas informáticos	7 280 706	19 348 985
. Outros subsídios	24 890 141	-
	33 856 628 796	4 145 077 405

Conforme referido na nota 4 acima, a Empresa registou neste exercício em "Subsídios ao investimento" a nova frota de autocarros recebida do Estado em novembro de 2020

Pedro

Notas à Demonstração de Resultados

22. Vendas

22.1 Composição das vendas por mercados

Rubricas	2020	2019
Mercado interno		
Prestação de Serviços	-	-
Subsídios a preços	1 090 489 360	1 168 825 033
Mercado externo		
	1 090 489 360	1 168 825 033

23. Prestação de Serviços

23.1 Composição da prestação de serviços por mercados

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a prestação de serviços distribuía-se por mercados como se segue:

Rubricas	2020	2019
Mercado interno	2 006 283 014	3 166 818 603
Mercado externo		
	2 006 283 014	3 166 818 603

23.2 Composição da prestação de serviços por actividades

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 a 2019, a prestação de serviços apresentou a seguinte distribuição por actividades:

Rubricas	2020	2019
Serviços principais		
Transporte Urbano	1 293 395 849	1 721 265 290
Transporte Inter Municipal e Provincial	712 887 165	1 445 553 313
	2 006 283 014	3 166 818 603



24. Outros Proveitos Operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os "Outros proveitos operacionais" discriminam-se como se segue:

Rubricas	2020	2019
Serviços suplementares	56 484 702	
Royalties		
Subsídios à exploração	53 883 223	
Subsídios a investimento	1 595 620 286	774 776 159
Outros proveitos e ganhos operacionais		48 000 000
	<u>1 705 988 210</u>	<u>822 776 159</u>

28. Custos com o Pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os custos com o pessoal discriminam-se como se segue:

Rubricas	2020	2019
Remunerações dos corpos sociais	71 211 714	76 586 270
Pensões		
Encargos	143 952 047	135 204 466
Outras remunerações	1 960 716 306	1 993 342 259
Outras despesas com o pessoal	23 236 889	30 103 382
	<u>2 199 116 955</u>	<u>2 235 236 377</u>

29. Amortizações

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo desta rubrica tinha a seguinte composição:

Rubricas	2020	2019
Imobilizações corpóreas (Nota 4)	1 626 224 688	757 091 728
Imobilizações incorpóreas	14 273 453	2 287 344
	<u>1 640 498 141</u>	<u>759 379 072</u>



30. Outros Custos e Perdas Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Rubricas	2020	2019
Subcontratos	-	-
Fornecimentos e serviços de terceiros	1 470 659 843	1 501 960 245
Combustíveis	698 090 855	846 551 564
Conservação e reparação	358 476 148	317 804 462
Vigilância e segurança	103 934 200	77 690 200
Assistencia técnica	55 617 891	26 073 268
Outros rubricas de Forn. serv. Terceiros	254 540 749	233 840 751
Impostos	36 443 635	35 268 200
Despesas confidenciais	-	-
Quotizações	-	-
Ofertas e amostras de existências	-	-
Custos e perdas operacionais	-	-
	1 507 103 478	1 537 228 445

31. Resultados Financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte decomposição:

Rubricas	2020	2019
Proveitos e ganhos financeiros		
Juros		
Investimentos financeiros	-	-
Outros	-	-
Diferenças de cambio favoráveis		
Realizadas	1	-
Não realizadas	721 320	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	23 260	-
Outros	4 287 108	-
Custos e perdas financeiros		
Juros	(98 335 015)	(107 341 006)
Amortizações de investimentos em imóveis		
Diferenças de cambio desfavoráveis		
Realizadas	-	-
Não realizadas	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos		(2 131 082)
Outros	(11 724 438)	(10 270 285)
	(105 027 764)	(119 742 373)



33. Resultados não Operacionais

Os resultados não operacionais têm a seguinte decomposição:

Rubricas	2020	2019
Proveitos e ganhos não operacionais		
Reposição de provisões		
. Cobrança duvidosa (Nota 9)	36 952 624	
Ganhos em Imobilizações	659 953	
Recuperação de dividas	10 154 963	
Correcções relativas a exercícios anteriores	51 565 722	149 207 680
Outros proveitos e ganhos não operacionais	8 440 785	-
Custos e perdas não operacionais		
Provisões		
. Existências (Nota 8)		-
. Cobranças duvidosas (Nota 9)		(24 552 685)
. Outros riscos e encargos (Nota 18)	(15 758 050)	(3 964 790)
Multas e penalidades contratuais	(2 648 566)	(65 020 918)
Descontinuidade de operações		
Alterações de políticas contabilísticas		
Correcções relativas a exercícios anteriores	(3 597 419)	(285 967 503)
Outros custos e perdas não operacionais	(5 446 000)	(7 029 913)
	80 324 012	(237 328 129)

34. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto industrial apurado, referente ao resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 20120 é abaixo apresentado

Rubricas	2020	2019
Resultado contabilístico	(568 661 741)	271 995 192
Correcções para efeitos fiscais		
A somar: variações patrimoniais positivas	846 002 876	
Custos e perdas não aceites para fins fiscais	15 600 000	172 067 680
Multas	2 648 566	3 964 790
A deduzir: Variações patrimoniais negativas		
Proveitos e ganhos não tributados		
Rendas	(48 000 000)	(48 000 000)
Reversão de provisões	(49 443 484)	
Prejuizos fiscais de anos anteriores	(4 302 650 217)	(4 798 677 879)
Lucros levados a reservas e reinvestimentos	-	-
Lucro tributável (prejuízo fiscal)	198 146 217	(4 302 650 217)
Taxa nominal do imposto	30%	30%
Imposto sobre os lucros	-	-
Taxa efectiva do imposto	-	-



De acordo com o Código do Imposto Industrial foram acrescentadas à matéria colectável as Multas e outras penalidades por não serem aceites como custo fiscal, conforme expresso na alínea d) do Artigo n.º 18 do CII.

Foram igualmente deduzidas as rendas de imóveis, cuja tributação é efectuada no âmbito do Código do Imposto predial Urbano e a reversão de Provisões económicas que não foram consideradas como custo fiscal aquando da sua constituição, conforme o CII.

As variações patrimoniais positivas geradas pelas regularizações efectuadas no exercício foram acrescentadas à Matéria colectável.

42. Outras Informações

A Empresa tem quase concluído o processo de conferencia integral das suas contas e uma reformulação dos procedimentos de controlo interno, com vista a evitar erros futuros na elaboração das Demonstrações financeiras futuras.

Este processo, teve reflexo nas Demonstrações financeiras deste exercício e do exercício anterior, com a constituição de provisões e a regularização de vários saldos que constituíam erros fundamentais das Demonstrações financeiras de anos anteriores.

É convicção da Administração que este processo esteja concluído no proximo exercício, pelo que em 2021 são esperados outros ajustamentos, relacionados com a determinação das responsabilidades para com o Estado em sede de Imposto de rendimento do trabalho, Imposto Industrial e outros.

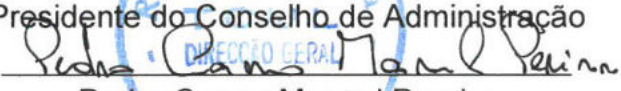
47. Caixa e equivalentes de caixa

Rubricas	2020	2019
Caixa		
Numerário	23 937 672	19 695 589
Saldos em bancos imediatamente mobilizáveis	23 670 407	387 222 552
Equivalentes de caixa		
Depósitos a prazo	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (incluindo diferenças de câmbio)		
Diferenças de câmbio de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (actualizáveis cambialmente)		
Outras disponibilidade	-	-
Disponibilidades constantes no Balanço		
	47 608 079	406 918 141

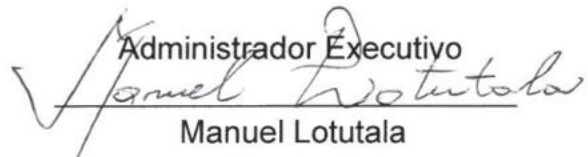


Administração

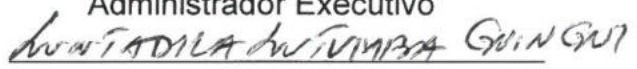
Presidente do Conselho de Administração


Pedro Carmo Manuel Pereira

Administrador Executivo


Manuel Lotutala

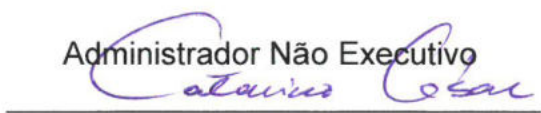
Administrador Executivo


Luntadila Lutumba Guingui

Administrador Não Executivo

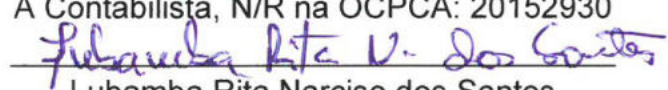
Luís Cândido Gaspar Cruz Cohen

Administrador Não Executivo


Catarino Eduardo César

Contabilista

A Contabilista, N/R na OCPCA: 20152930


Lubamba Rita Narciso dos Santos

PARECER DO COSELHO FISCAL AO RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2020

Ex.^{mos} Senhores Membros do Conselho de Administração,

1. Conforme disposições legais e estatutárias, nomeadamente o Despacho n.º 55/89, de 27 de Fevereiro, que aprova os Estatutos da TCUL, U.E.E., o Decreto n.º 41/01 de 6 de Julho (Regulamento dos Conselhos Fiscais das Empresas Públicas), a Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro (Lei das Sociedades Comerciais), a Lei n.º 11/13, de 3 de Setembro (Lei das Empresas Públicas), o Decreto Presidencial n.º 15/17, de 2 de Fevereiro (Estatuto dos Membros dos Órgãos de Gestão e de Fiscalização das Empresas Públicas e das Empresas com Domínio Público), submetemos à apreciação de V/Ex.^{cias} o Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do Exercício Económico de 2020.
2. Ao longo do exercício económico em referência, verificamos que o Conselho de Administração continuou a implementar diversas acções, visando por um lado a melhoria do desempenho operacional da empresa. Por outro a contínua busca de proveitos suficientes para fazer face aos custos existentes, numa altura de redução substancial na transportação de passageiros e mercadorias nos vários segmentos de mercado aonde a TCUL, UEE opera, tendo em conta as restrições impostas pelo estado de emergência e posteriormente a situação de calamidade no combate da pandemia SARS-CoV-2 e da COVID-19.
3. Neste sentido, somos a ressaltar as seguintes acções:
 - i) O reforço da frota formada por 111 autocarros de marca Volvo, com vista a maximização das receitas;
 - ii) Assinatura do Memorando de entendimento entre a TCUL, UEE e o INSS, com o objectivo de reduzir as dívidas junto aquela instituição, bem como a redução do quadro de pessoal em idade de reforma;
 - iii) Implementação do sistema de GPS em alguns autocarros, reduzindo deste modo os custos com combustível e desvios de receitas;
 - iv) Implementação de medidas de biossegurança que visam na redução do impacto da Covid-19 na cidade de Luanda, com a redução significativa do número de passageiros transportados;
 - v) Continuou com o processo de desmantelamento de autocarros irrecuperáveis, e com vida útil superior à 10 anos;

dificuldades em detectar as maiores rentabilidades e direccionar novos investimentos;

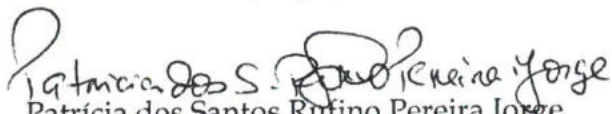
Adicionalmente somos a recomendar: (i) a elaboração de um plano de acção com vista a mitigar as reservas reportadas pelo auditor independente, incluindo as recomendações apresentadas na carta de comentários sobre a auditoria realizada a 31 de Dezembro de 2020, (ii) a melhoria na qualidade da informação reportada no Relatório de Gestão, (iii) a melhoria na elaboração do fluxo de caixa, por forma a se ter um controlo das entradas e saídas de financeiras, permitindo aos gestores da empresa a agir antecipadamente sobre o futuro da empresa, (iv) a contratação do auditor externo deve ser feita até ao início do quarto trimestre do ano e (v) implementação de medidas para o saneamento das ênfases apresentadas nos pontos 13 e 14 do relatório do auditor independente.

Neste sentido, somos a aprovar com as reservas de auditoria apresenta no Relatório do auditor independente referente ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

Luanda, 13 de Maio de 2021.

O Conselho Fiscal


Lectícia Magina Fernandes Cristóvão
(Vogal)


Patrícia dos Santos Rufino Pereira Jorge
(Vogal)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
(Valores expressos em milhares de Kwanzas "mAOA")

Página 1 de 4

Ao Conselho de Administração da
TCUL – Transporte Colectivo Urbano de Luanda, E.P.

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da TCUL – Transporte Colectivo Urbano de Luanda, E.P. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2020, que evidencia um total de mAOA 34.525.645 e um capital próprio negativo de mAOA 4.772.364, incluindo um resultado líquido negativo de mAOA 568.662, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e dos Fluxos de caixa, do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. A Administração da Empresa é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com os Princípios Contabilísticos geralmente aceites em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração da Empresa, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.



Bases para a Opinião com Reservas

6. A Empresa não concluiu o cadastro de imobilizado de forma a permitir efectuar uma verificação física inequívoca dos bens de sua propriedade, pelo que não podemos confirmar (i) que todos os bens relevados nas Demonstrações Financeiras se encontram na sua posse (ii) quanto ao estado de conservação e operacionalidade desses bens e (iii) quanto à existência de outros bens essenciais à formação de rendimento não registados. Assim não podemos concluir quanto, ao eventual, efeito que esta limitação pode ter nos "Activos não correntes" da Empresa.
7. Por termos sido nomeados em 2021, não estivemos presentes nas contagens físicas de existências efectuadas no final do ano, nem nos foi possível efectuar procedimentos alternativos de auditoria que nos permitissem avaliar do montante das existências naquela data. Por esse facto, não podemos expressar a nossa opinião sobre o valor das existências iniciais e finais, sobre o Custo dos materiais consumidas, incorporados na Demonstração de Resultados na rubrica de "Outros custos e perdas operacionais" e consequentemente sobre o seu impacto no apuramento do Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.
8. A Empresa têm vindo ao longo dos últimos anos a proceder a um exercício de conferencia de todas as suas contas correntes, com Bancos, Clientes, Fornecedores, Estado e Outros devedores e credores, tendo transferido, neste exercício, para os Capitais próprios na rubrica de Resultados transitados um montante de mAOA 899.713. Em nosso entender, pela natureza das situações aí refletidas, pela falta de algumas respostas ao nosso pedido de confirmação de saldos a entidades externas (Clientes), onde podem vir a ser identificadas outras variações patrimoniais, não quantificados nas Demonstrações financeiras anexas, que, a existir, terão impacto patrimonial nas Demonstrações financeiras dos próximos exercícios. Estas regularizações geraram variações patrimoniais positivas pelos ajustamentos referidos ao longo dos últimos exercícios, (mAOA 827.040 entre 2018 e 2020) que não foram acrescidas aos Proveitos e ganhos tributáveis em sede de Imposto industrial, conforme determina a alínea i) do n.º 1 do Artigo 13.º do Código do Imposto industrial.

Foram também identificados na análise da prova, documentos justificativos de transacções, relacionadas com custos, despesa e aquisição de Imobilizado que não cumprem com o estipulado na Lei das "Facturas e documentos equivalentes", não sendo aceites como custo fiscal, e estando sujeitas a tributação autónoma em sede de Imposto Industrial nos termos definidos no Artigo 17.º do Código. Atendendo à amostra realizada, concluímos que os mesmos têm um impacto material no resultado fiscal do exercício, embora por se tratar de uma amostra não nos foi possível quantificar o (i) valor global dos Custos não aceites, (ii) o montante da tributação autónoma referente a esses custos indevidamente documentados, assim como (iii) a determinação do impacto que estas situações, a existir em exercícios anteriores, teriam nos valores em dívida ao Estado, nos Resultados apurados nesses exercícios e consequentemente nos Capitais próprios da Empresa.

9. Para os saldos a receber de Clientes, que totalizam mAOA 454.424, seleccionamos uma amostra dos mais significativos, procedemos ao envio de Cartas no sentido de obter a confirmação externa, do valor registado nas contas. Até à data da emissão do nosso relatório, obtivemos uma resposta que se apresentava não concordante, solicitamos aos serviços da Empresa a justificação para as diferenças observadas, as quais foram justificadas. Para os Clientes que não responderam ao nosso pedido, dada a antiguidade dos valores em aberto, não foi possível executar procedimentos alternativos de auditoria conclusivos, pelo qual não podemos formar uma opinião sobre a validade dos saldos apresentados.



Opinião com Reservas

10. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos na secção “Bases para Opinião com Reservas” nos parágrafo 6 a 9 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da TCUL – Transporte Colectivo Urbano de Luanda, E.P. em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

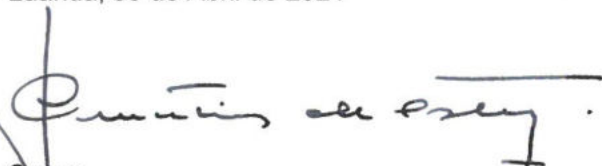
Enfâses

11. As Demonstrações financeiras da Empresa referentes a 31 de Dezembro de 2019, apresentadas para efeitos comparativos foram auditadas por outro auditor externo, que emitiu o seu relatório com data de 30 de Abril de 2020, que incluía Reservas por limitação do âmbito do trabalho relacionadas com os pontos 6, 7 e 9 acima e com matérias fiscais referidas no ponto 8 acima. Apresentava também uma reserva relacionada com a redenominação do Capital, cujo assunto consideramos ultrapassado.
12. As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações apesar de, em 31 de Dezembro de 2020, os Capitais próprios serem negativos em mAOA 4.772.364, os passivos exigíveis a curto prazo, constituídos por valores a pagar a Fornecedores, Estado e outras Entidades Públicas no montante de mAOA 4.584.681, serem superiores aos activos de curto prazo mAOA 590.620. Em consequência, a continuidade das operações da Empresa, o momento e valor de realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos no curso normal das suas operações, dependem do sucesso futuro daquelas operações e da manutenção pelo Estado de suporte financeiro adequado. Sublinhamos também o impacto económico e social que actual surto de SARS-CoV-2 teve na operação da Empresa e a provável recessão que ocorrerá a nível mundial, que por certo irá continuar a condicionar nos próximos meses o desenvolvimento da sua actividade.
13. Conforme referido na nota .º 2 do Anexo às contas, a Empresa recebeu em Novembro de 2020 um conjunto de Autocarros de transporte de passageiros no montante de mAOA 32.276.790, na data de encerramento das contas a Empresa não tinha sido informada pela tutela, sob a forma legal, em que os mesmos lhes eram cedidos. Dado já se encontravam a operar, optou o Conselho de Administração por os considerar como um Subsídio ao investimento, à semelhança de exemplos passados, reconhecendo o contravalor no passivo na rubrica de Outros passivos correntes. Sobre este subsídio, foram no exercício reconhecidas amortizações e o proveito associado à utilização do subsídio no montante de mAOA 896.578 que afectam neste montante a rubrica de Amortizações acumuladas e do exercício e de Proveitos operacionais.
14. Conforme referido na nota n.º 4 do Anexo às contas a Empresa tem relevado no Imobilizado em Curso mAOA 314.909 e na rubrica de Outros passivos correntes mAOA 404.063, referentes a um investimento num novo sistema de emissão e gestão de bilhetes e ao reconhecimento do subsídio obtido para a sua realização. Este projecto foi interrompido, por decisão do Mintrans em 2014, não tendo a Empresa qualquer informação adicional quanto ao desfecho do mesmo.



15. Conforme referido na nota 3 do Anexo às contas, a Empresa não têm celebrado nenhum contrato com a Tutela nem existe nenhum regulamento que determine as verbas a serem atribuídas à Empresa a título de "Subsídios a preço". Por esta razão a Empresa optou por efectuar o reconhecimento do referido subsídio numa base de Caixa, derogando assim as políticas contabilísticas definidas no Plano Geral de Contabilidade, para a preparação das Demonstrações financeiras, as quais determinam que as mesmas devem ser preparadas na base do acréscimo

Luanda, 30 de Abril de 2021



Crowe

Representada por João Joaquim Pereira Martins de Castro
Perito Contabilista inscrito na OCPCA com o n.º 20140123